

## União Europeia : a atracção do abismo

Adelino Torres

Na crise (de valores e da economia) atingiu sobremaneira a União Europeia (UE) e os EUA, aquela parece ter esquecido a “união” para enveredar pela “desunião”, enquanto os EUA endividados vêem a sua hegemonia de “*potência imperial*” posta em causa e hesitam quanto ao rumo a tomar.

Muitos analistas perdem-se nos detalhes financeiros de uma conjuntura errática que muda todos os dias, dando à opinião pública uma ideia lamentável da competência e da coragem dos actuais dirigentes políticos europeus e da coerência estratégica da União Europeia. As propostas contraditórias dos economistas semeiam igualmente a confusão. Como disse recentemente André Orléan, constata-se que “a economia enquanto disciplina atravessa hoje uma grave crise de legitimidade” (*L’empire de la valeur*, 2011). Também o escritor franco-grego Vassilis Alexakis numa entrevista ao *Le Monde* (11-11-2011) dizia: “Estou condenado a ler artigos económicos que não compreendo. Fico surpreendido ao ver que os economistas que arruinaram tanta gente, continuem a explicar-nos o que devemos fazer. Chegou a altura de dar a palavra a filósofos, a sociólogos e a historiadores”.

Se essa crise não parece ter atingido ainda os países ditos “emergentes”, é inevitável que, se houver implosão da zona euro, as suas consequências acabarão por se fazer sentir violentamente nos outros continentes, na medida em que, neste mundo globalizado, todos dependem de todos.

Por enquanto os países da periferia da Europa, Grécia, Portugal e Irlanda, estão submetidos a severas medidas de ajustamento estrutural que, em vários aspectos, se assemelham estranhamente a “punições” quer quanto aos prazos demasiado curtos

impostos para pagar as dívidas, quer no que se refere às taxas de juro dos empréstimos e aos sacrifícios a que são submetidas com maior intensidade a categorias sociais menos favorecidas.

Por outro lado, o acento tónico posto no défice das finanças públicas e na chamada dívida soberana, com medidas drásticas quase exclusivamente recessivas, elimina à partida alternativas de crescimento sem o qual a economia da UE caminhará inevitavelmente para o abismo. Aliás, à medida que o tempo passa e que a financeirização permanece, subvertendo as lógicas económicas e sociais, parece cada vez mais comprometida a capacidade dos aparelhos produtivos de alguns desses países em recuperar do embate a que estão confrontados. A exclusiva atenção dada aos défices financeiros significa, por outro lado, “resolver” apenas uma parte do problema, tanto mais que a sua origem não releva somente de causas internas recentes mas é bem mais vasta e longínqua.

Sem dúvida que vários governos, incluindo não apenas os da Grécia e de Portugal mas também agora da Itália (a dívida externa desta é de 1 900 biliões de euros e é superior a cinco vezes a dívida da Grécia), da Espanha, da Bélgica e da França, têm evidentes responsabilidades no mal que os atinge e que obriga agora e medidas restritivas de intensidade variável, mais violentas nos dois primeiros países mas que também ameaçam os restantes. Nos casos mais graves, o recurso ao endividamento para colmatar tanto os défices acumulados pela balança comercial e de pagamentos com repercussões na dívida soberana, como os défices das finanças públicas que se acumularam descuidadamente ao longo dos anos ajudaram muito à acumulação da dívida e ao avolumar da crise.

Mas houve ainda outros factores que condicionaram este estado de coisas. A criação do euro à imagem da moeda alemã e do Banco Central Europeu (BCE) à

semelhança do Banco central alemão, mostrou-se irrealista para os países com níveis de desenvolvimento distintos. Ademais, para muitos dos membros da UE, o euro foi desde o início uma moeda sobrevalorizada. Do mesmo modo, o BCE recebeu um estatuto com atribuições limitadas, não podendo criar moeda (“*planche à billets*”) devido à oposição da Alemanha e aos seus traumas relativamente à inflação. Essa intransigência germânica poderá revelar-se um erro histórico se houver uma implosão da EU, sendo de recear que tal acordaria velhos ressentimentos adormecidos desde a 2ª Guerra mundial a que os alemães deveriam estar atentos...

A UE está assim privada de um recurso importante ainda que não decisivo, o que não acontece com o Banco central americano (FED), embora neste país a criação monetária recente também não tenha resolvido os problemas da economia norte-americana que continua com forte taxa de desemprego, reveladora das dificuldades crescentes das suas empresas e dos efeitos ruinosos da especulação financeira que continuam a fazer-se sentir.

Copiando quase cegamente a desregulação americana, as economias europeias seguiram uma lógica ultraliberal igualmente desregrada e, em vez de protegerem o mercado europeu, enveredaram pela via da desindustrialização, ao mesmo tempo que deslocalizaram as grandes empresas industriais para os mercados mais apetecíveis das economias emergentes como a China onde a mão-de-obra não só não beneficia de qualquer protecção social como é infinitamente mais barata do que o trabalho assalariado na UE. Os lucros dessas empresas transnacionais são tanto maiores quanto elas reexportam os seus produtos para o mercado europeu, esse mesmo mercado onde antes tinham abandonado os seus trabalhadores agora desempregados. Este “racionalismo” estreito e pouco sadio, movido sem outra perspectiva que não seja a lógica de lucro, sem visão civilizacional ou política de longo prazo, acabou por

enfraquecer a UE sem que os governos tivessem reagido. O único país que não se desindustrializou foi precisamente a Alemanha que vende 70 por cento da sua produção aos seus parceiros da EU. No entanto, se vários países europeus chegarem à bancarrota, a Alemanha não conhecerá um futuro melhor.

Tudo leva a crer, porém, que o desemprego na Europa não é uma fatalidade mas o resultado directo de vários factores: em primeiro lugar das deslocalizações industriais efectuadas em nome da “globalização”, de um euro sobreavaliado, da falta de coesão política, económica e fiscal, de uma crença errónea segundo a qual as economias europeias modernas poderiam viver dos serviços num mundo virtual de novas tecnologias e que, em nome de uma ideologia liberal a Europa poderia desguarnecer as suas fronteiras e deixar entrar os produtos infinitamente mais baratos vindos da Ásia. Atitude imprudente tanto mais que se sabe que a adesão da China à Organização Mundial do Comércio (OMC) nunca a impediu de pisar aos pés os princípios do comércio livre.

É certo que a solução não consiste no regresso ao proteccionismo clássico, mas sim numa regulamentação do comércio internacional que, dando aos países emergentes a oportunidade de penetrar no mercado europeu, permitiria, reciprocamente, às empresas europeias de se implantarem de modo semelhante, mas comedido, nos mercados asiáticos. É que o conceito de “*contrapartida*” é um dos alicerces das relações internacionais...

O caminho que se seguiu não foi esse, acabando por se chegar a um desequilíbrio profundo em prejuízo da UE como o assinalou oportunamente o francês Maurice Allais, prémio Nobel da economia. E esse prejuízo não foi apenas em termos de balança comercial, mas, muito mais grave ainda, conduziu a um desarmamento industrial da maioria dos países europeus o que, mais do que um erro, constituiu um

verdadeiro crime para a sobrevivência da Europa e para o seu “Estado Social”, uma vez que os serviços nos quais apostou (serviços financeiros, novas tecnologias, turismo, etc.) se revelaram incapazes de sustentar esse mesmo Estado Social como a experiência o está a comprovar. Daí os ataques às “regalias” sociais tão duramente conquistadas durante os séculos XIX-XX a que actualmente se assiste em toda a UE. Tudo se passa como se os trabalhadores e as pequenas e médias empresas devessem pagar sozinhos os desvarios da finança e do grande capital. Esta miopia política sem imaginação que aponta para o século XIX em vez de olhar em frente, anuncia o regresso de lutas antigas, talvez sob novas formas, mas não menos implacáveis do que em épocas passadas. Por enquanto essa tendência ainda não é perceptível para muitos. Todavia, a menos que o bom senso prevaleça, que as lutas sociais a isso obriguem e que as políticas económicas mudem de trajectória, as tensões serão mais cedo ou mais tarde insustentáveis (de que as actuais manifestações de “*indignados*” em todo o mundo parecem anunciar os primeiros sinais), e poderão conduzir à falência da Europa tal como a conhecemos. Alguns são particularmente inquietantes, como a demissão repentina das chefias dos três ramos das forças armadas gregas pelo primeiro Ministro Papandréou. Poucos observadores deram destaque a esse acontecimento. Mas, a menos que se tenha tratado de um “capricho” do PM (o que não é crível), esse assunto mereceria uma leitura mais atenta e uma reflexão sobre outros países atingidos por “*remédios anti-crise*” semelhantes.

Os cortes sistemáticos de conquistas sociais (diminuição de salários e de pensões, aumento brutal de impostos directos e indirectos, redução de direitos cívicos, agravamento da repartição social de rendimentos, destruição da classe média), levados a cabo sob o pretexto de “equilíbrios financeiros” impostos por um *directório* que ninguém elegeu, equivale a um golpe de estado à escala comunitária.

Tais medidas de polarização social contrastam com a timidez de que a UE faz prova ao recusar-se a criar uma taxa mínima sobre as transacções financeiras internacionais (menos de 1 %, à semelhança da sensata mas nunca praticada *taxa Tobin*) que tenham lugar no espaço dos países mais desenvolvidos, ou não tomando medidas para acabar de uma vez por todas - em estreita cooperação com os EUA - com esses cancos chamados “paraísos fiscais”, meros antros de marginalidade que não têm nenhuma justificação legítima. Esta desregulação abusiva confirma o que Karl Polanyi (*A grande transformação*, 1944) já dissera sobre os efeitos nefastos da dominação financeira.

A questão central assinalada por vários economistas, reside na deslocalização em grande escala para a Ásia, das grandes empresas transnacionais, e na acção particularmente nociva da OMC, instituição já posta em cheque em Doha pela quase totalidade dos países em desenvolvimento. É esta instituição que é ainda urgente reformar assim como o sistema bancário internacional. Por isso Maurice Allais afirmava que o “desemprego actual se deve a esta liberalização total do comércio” e ao “desenvolvimento considerável do crédito durante os anos que precederam a crise”. Em resumo, “o desemprego resulta das deslocalizações devidas às grandes diferenças de salários”, acrescenta M. Allais.

É portanto vital restabelecer um legítimo “*proteccionismo*”, recriando eventualmente conjuntos regionais mais homogéneos que reúnam vários países quando estes apresentam as mesmas condições sociais e de rendimento. Tais organizações seriam utilizadas contra os desvios dos custos de produção que asseguram vantagens indevidas a certos países como a China.

A acção política dos governos terá que se opor à deriva dos mercados e não há outra solução senão fazer com que a decisão política se sobreponha aos interesses

económicos particulares quando estes são injustificados ou imorais. Por exemplo as duas entidades mais ricas da Grécia que são a Igreja Ortodoxa e os armadores, não pagam um cêntimo de impostos e recusam-se a fazê-lo mesmo nas circunstâncias actuais!

É por isso que as medidas actualmente postas em prática não terão resultados duráveis, pois enquanto não se puser fim às deslocalizações das empresas transnacionais e não se criarem medidas de salvaguarda da produção industrial europeia, a par de um certo número de outras medidas redistributivas de fundo, a crise irá acentuar-se inexoravelmente. As falsas soluções em curso levarão fatalmente a convulsões sociais, ao populismo e ao desastre. Tudo em nome de dogmas cuja inoperância os acontecimentos vão demonstrando e que põem cada dia que passa mais em perigo a própria sobrevivência da União Europeia onde a coesão, a solidariedade e a própria democracia parecem estar a ser imolados no altar de fragmentadas certezas ideológicas...

Adelino Torres